



**Ministério do Meio Ambiente
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
Gabinete da Presidência
Ata de Reunião de Diretoria do ICMBio**

Aos cinco dias do mês de outubro de dois mil e dez, na sala de reuniões da Presidência do ICMBio, às 10h, teve início a reunião de Diretoria deste Instituto, com os seguintes participantes: Rômulo Mello (Presidente), Ricardo Soavinsky (Diretor da DIREP), Paulo Maier (Diretor da DIUSP), Osnil Nepomuceno (Diretor Substituto da DIUSP), Marcelo Marcelino (Diretor da DIBIO), Daniel Otaviano (Procurador-chefe da PFE), Gustavo Rodrigues (Diretor Substituto da DIPLAN), Luiz Fernando Brutto (Coordenador de Gestão de Conflitos), Tânia Souza (Assessoria do Gabinete), Erika Fernandes (Coordenadora-geral (de Reservas Extrativistas) – Macroprocesso Gestão Socioambiental), Carolina Peixoto Ferreira (Analista Ambiental da Coordenação de Gestão de Conflitos) e Rafael Ferreira Costa (Coordenador de Consolidação de Limites)

Pauta:

- 1 – Termo de compromisso Parque Nacional do Jaú;**
- 2 – Sobreposição UC terra indígena (Monte Pascoal)**
- 3 – Demarcação de Unidades de Conservação na BR 319**
- 4 – Designação de membros para a Comissão de Ética;**
- 5 – Demandas que necessitam articulação das áreas na preparação de respostas: Exemplo: MPF, AGU, prazos judiciais;**
- 6 – Informes**

Deliberações:

1 – Termo de Compromisso Parque Nacional do Jaú e TAC Serra Geral do Tocantins

O Coordenador de Gestão de Conflitos, Luiz Fernando Brutto fez uma explanação acerca das demandas de Termos de Compromisso em geral propondo ritos diferenciados para atender os processos de acordo com as suas peculiaridades.

Nesse sentido, o Senhor Diretor da Diusp, Paulo Maier, informou que haverá uma Oficina no período de 11 a 13 de novembro, com aproximadamente 30 pessoas, envolvendo diversos macroprocessos, Coordenações Regionais e gestores de UCs que tem experiência na questão, visando à discussão da elaboração de procedimentos para a construção de Termos de Compromisso, que atenda esse tipo de demanda.

Assim, ficou acordado que após a Oficina em comento, este assunto voltará à Mesa para a avaliação do Colegiado quanto às propostas lá fomentadas.

2 – Sobreposição UC terra indígena (Monte Pascoal)

A Coordenação de Gestão de Conflitos, apresentou Nota Técnica com a proposta para convergências entre a Terra Indígena Barra Velha e o Parque Nacional e Histórico do Monte Pascoal visando a uma discussão futura com a FUNAI.

Havidas as discussões e ouvidas às sugestões, ficou acordado que a decisão do Conselho Diretor do ICMBio a ser apresentada para a FUNAI e demais órgãos envolvidos será a seguinte:

- Reconhecer o acordo de 1980 e propor a desafetação da área do PARNA de aproximadamente 8.000 ha que atualmente sobrepõem com a Terra Indígena Barra Velha;
- Em relação ao Parque Nacional do Monte Pascoal, não se opor a continuidade da ampliação da Terra Indígena – TI de Barra Velha nos moldes apresentados pela FUNAI, respeitado os limites acordados para a Unidade de Conservação em 1980 (aproximadamente 13.873 ha) com a possibilidade de desenvolvimento do uso público e outras utilizações permitidas em Lei com a participação dos indígenas.
- Em relação ao Parque Nacional do Descobrimento e sua ampliação, não há margem de ação para se ponderar ou reverter os encaminhamentos contidos na decisão arbitral da AGU, de forma que a ação de reintegração de posse incidentes sobre a referida UC deverá ter seguimento.

3 – Demarcação de Unidades de Conservação na BR 319

O Senhor Rafael Costa, Coordenador de Consolidação de Limites da DIUSP, informou das reuniões que aconteceram no mês de setembro com a participação do Exército, incluindo sobrevôos, visando à demarcação e sinalização das UCs ao longo da BR 319.

Após a apresentação e as discussões ficou acordado que a equipe técnica da DIUSP tem competência para encaminhar esse assunto, tendo em vista o conhecimento prático e acompanhamento dessas ações.

4 – Designação de membros para a Comissão de Ética

Foi informado que as duas vagas (titular e suplente) para a Comissão de Ética – CE se devem à regra definida pela legislação de mandato de 1,2 e 3 anos para a sua primeira constituição, podendo haver recondução.

A CE está com um ano, nesse sentido foi sugerida a recondução da servidora Elizabeth Maria Pereira de Lucena, após consulta à mesma, por parte da referida CE.

A servidora Maria Iolita Bampi não deseja a recondução. Foi informado que tramita alteração em Regimento Interno da CE estabelecendo forma e critérios de escolha de novos membros.

Desse modo, foi solicitada pelo Presidente a aceleração da alteração do Regimento, tendo sido aceita a recondução da servidora Elizabeth Lucena pelo colegiado e a decisão do novo membro foi adiada para a próxima reunião de Diretoria.

5 – Demandas que necessitam articulação das áreas na preparação de respostas: Exemplo: MPF, AGU, prazos judiciais

(item retirado de pauta. Voltará na Reunião de Diretoria)

6 – Informes

A coordenação de Gestão de Conflitos informou que será encaminhada a minuta do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC da Serra Geral do Tocantins e de Termo de Compromisso (TC) das Comunidades residentes no Rio Unini no Parque Nacional do Jaú para a Procuradoria Federal Especializada – PFE do ICMBio e que aguardará análise e manifestação para dar prosseguimento à demanda.

O Senhor Presidente do ICMBio, Rômulo Mello, informou da reunião que houve dia 21.09.2010 a cerca da Junta de conciliação Guaporé, Mata Escura, Jaú e Aparados da Serra com o Presidente do INCRA e que não houve acordo entre INCRA e ICMBio. Por essa razão o presidente Rômulo solicitou que a Coordenação de Gestão de Conflitos produza uma Informação Técnica sobre essa questão para que o Gabinete posicione o Ministério do Meio Ambiente – MMA.